

Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos

*Naiana Dapieve Patias**

*Aline Cardoso Siqueira***

*Ana Cristina Garcia Dias****

Resumo

Educar não é tarefa fácil e muitos pais podem ter muitas dúvidas a respeito da melhor estratégia educativa. Este estudo teórico tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre as práticas educativas parentais como risco e proteção ao desenvolvimento dos filhos a partir de uma revisão não sistemática da literatura sobre as estratégias educativas parentais. Além disso, propõe um programa de intervenção com os genitores. Observou-se que muitas das estratégias parentais utilizadas podem colocar em risco o desenvolvimento de seus filhos. Outras estratégias, por sua vez, associam-se a efeitos positivos, sendo consideradas fatores protetivos. Dessa forma, propõe-se pensar um programa de intervenção em torno de práticas educativas mais positivas. Conscientizar famílias e profissionais da saúde e educação sobre o exercício parental é de extrema importância para a prevenção e promoção da saúde de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: educação; crianças; adolescentes.

Educative practices and intervention with parents: education as protection to children's development

Abstract

Educating children is not an easy task and many parents may have a lot of questions about the best educational strategies. This theoretical study aims at deepening the knowledge about parental educational practices as risk-factors or protection to the development of children based on a non-systematic literature review on parental educational strategies. Furthermore, it proposes an intervention program with parents. It was observed that many parenting strategies used can endanger their children's development. On the other hand, other strategies are associated with positive effects to them, being considered as protective factors. Thus, this paper proposes the elaboration of an intervention program with parents about more positive educational practices. Training families and health and education professionals on parenthood practices is extremely important for prevention and health promotion of children and adolescents.

Keywords: education; children; adolescents.

* Universidade Federal de Santa Maria. Psicóloga, Especialista em criança e adolescente em situação de risco (UNIFRA), Mestre em Psicologia pela UFSM. E-mail: naipatias@hotmail.com.

** Doutora em Psicologia (UFRGS), docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia (UFSM). E-mail: alinecsiq@gmail.com

*** Doutora em Psicologia (USP), docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia (UFSM). E-mail: anacristinagarcias@gmail.com

O contexto familiar é considerado o lugar privilegiado para a promoção da educação infantil. É o primeiro ambiente do qual o indivíduo participa, aprendendo regras e modos de se relacionar. Embora a escola, os companheiros e a mídia exerçam grande influência em sua formação, os valores morais e padrões de conduta são adquiridos, essencialmente no convívio familiar (Costa, 2008; Gomide, 2008). Segundo Martins (2009), a base necessária para a socialização dos filhos é de responsabilidade dos pais, que devem oferecer aos filhos um ambiente incentivador e seguro no qual possam desenvolver-se. Neste sentido, a família possui um papel fundamental, sendo uma das fontes de segurança, afeto, proteção e bem-estar, assim como de educação e socialização do indivíduo (Shaffer, 2005). Estudos sugerem que os genitores são os principais atores no processo de socialização dos filhos. Para tanto, eles utilizam estratégias educativas que objetivam tornar a criança apta a viver em sociedade (Ceconello, De Antoni, & Koller, 2003; Gomide, & Guimarães, não publicado; Teixeira, Bardagi, & Gomes, 2004; Reppold, Pacheco, & Hutz, 2005; Sampaio, 2007; Weber, Viezzer, Brandenburg & Zocche, 2002; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006, Weber, 2007).

Segundo a literatura, as estratégias educativas, que também podem ser chamadas de práticas educativas, são mencionadas como fatores de risco ou de proteção para o desenvolvimento dos indivíduos (Reppold et al., 2005). Analisar quais práticas educativas são fatores de risco ou de proteção para o desenvolvimento das pessoas é de extrema relevância, uma vez que se pode elaborar programas que desenvolvam estratégias eficazes de intervenção junto a famílias consideradas mais vulneráveis à utilização de práticas educativas de risco.

O presente trabalho pretendeu apresentar uma revisão não sistemática sobre as práticas educativas parentais como risco e proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Além disso, buscou-se refletir e propor um programa de intervenção com pais sobre como educar seus filhos de forma que proteja seu desenvolvimento.

Práticas educativas parentais: um panorama geral sobre as diferentes compreensões desse termo

De acordo com Weber (2007), uma das áreas mais estudadas para compreender como os genitores influenciam o desenvolvimento de competências sociais e instrumentais dos filhos refere-se às pesquisas sobre os estilos e as práticas educativas parentais. Os estilos parentais são compreendidos como o conjunto de comportamentos,

atitudes e o clima emocional existente na relação pais-filhos (expressão corporal, tom de voz, humor). Além disso, envolvem as práticas educativas parentais mais utilizadas nessas interações (Reppold et al., 2005; Weber, 2007). As práticas parentais, por sua vez, referem-se às estratégias utilizadas pelos genitores a fim de educar sua prole, incluem a utilização de explicações, punições ou, até mesmo, recompensas. Estão relacionadas a hábitos de higiene, alimentação e normas de interação social (Reppold et al., 2005). Ceconello et al. (2003) observaram que os pais utilizam essas estratégias/práticas com a finalidade de atingir objetivos educacionais específicos e para o desenvolvimento de suas habilidades acadêmicas, sociais e afetivas. Assim, essas práticas geralmente objetivam suprimir comportamentos inadequados e incentivar a ocorrência de comportamentos adequados (Teixeira et al., 2004; Sampaio, 2007; Weber, 2007).

Segundo Hoffman (1960), autor clássico no estudo da parentalidade, essa interação baseia-se em relações de poder, principalmente na concentração desse poder na figura dos progenitores. De acordo com ele, os genitores podem lançar mão de duas formas diferentes de poder para alterar o comportamento dos filhos: a disciplina indutiva e a coercitiva. A disciplina indutiva faz uso da explicação, comunica ao indivíduo o desejo dos genitores de que ele modifique voluntariamente seu comportamento. Nesse tipo de disciplina, os pais induzem a prole a obedecer-lhes por meio do direcionamento de sua atenção para as consequências de seus comportamentos. Já a disciplina coercitiva reforça o poder parental, utilizando a aplicação direta da força e do poder. Como exemplos desse tipo de prática encontramos a punição física, a privação de privilégios, o gritar, o xingar e o ameaçar.

Maccoby e Martin (1983) destacaram duas dimensões importantes no exercício da parentalidade: a aceitação/responsividade parental e a exigência/controlar parental. O primeiro aspecto refere-se à extensão em que os progenitores são sensíveis às necessidades de seus rebentos, apoiando-os e provendo-lhes afeto. Comportamentos de comunicação, reciprocidade, afetividade e aquiescência caracterizam essa dimensão. Já a exigência/controlar parental diz respeito à quantidade de regulação e controle que os genitores exercem sobre seus filhos. Refere-se a comportamentos de supervisão, monitoria, cobrança e disciplina consistente e contingente.

Na concepção dos autores, ao se cruzarem essas duas dimensões, identifica-se a existência dos estilos parentais. O primeiro estilo é o autoritativo ou competente, que possui alto nível de responsividade e exigência. Pais

autoritativos/competentes são aqueles que conseguem monitorar o comportamento da prole efetivamente, reconhecer seu ponto de vista, instrumentalizá-los quanto às normas sociais desejáveis, estabelecendo, ao mesmo tempo, amor, confiança e compreensão. O segundo estilo refere-se aos pais negligentes ou ausentes. Estes não são responsáveis nem exigentes, não se comprometem com a educação dos filhos e não suprem suas necessidades básicas de alimentação, higiene e cuidado (afeto e limites). O terceiro estilo parental refere-se a um padrão de alta responsividade e baixa exigência, que caracteriza os pais indulgentes ou permissivos. Estes oferecem assistência emocional aos filhos, mas não lhes fazem exigências. Também não impõem limites. O quarto estilo diz respeito aos pais autoritários. São aqueles que estabelecem muitos limites, fazem muitas exigências, mas oferecem pouco afeto (baixa responsividade). Eles tendem a ser muito exigentes, conservadores e intolerantes, exercem um controle firme sobre o comportamento infantil, dificultando sua autonomia.

Outro modelo teórico proposto para compreender o tema da educação na família foi desenvolvido por Gomide (2006, 2008). A autora dividiu as práticas educativas parentais em dois grupos: as positivas e as negativas. As práticas educativas são consideradas positivas quando envolvem a utilização de atenção, monitoria, carinho, regras e limites, o que favorece um bom desenvolvimento da criança e adolescente. Quando essas práticas envolvem a ausência de atenção e afeto, abuso, negligência e humilhações, são consideradas negativas, tornando-se fatores de risco para o desenvolvimento infanto-juvenil (Weber, 2007).

As estratégias utilizadas pelos pais para educação de seus filhos dependem de diversos fatores que influenciam na maneira como eles escolhem e fazem uso dessas estratégias no seu cotidiano. Essas variáveis serão discutidas na seção a seguir.

Fatores que influenciam as práticas educativas parentais

Não há consenso na literatura se as práticas educativas produzem o comportamento dos filhos ou se o comportamento dela determina quais práticas serão utilizadas pelos progenitores. É provável que ambos os fatores influenciem-se reciprocamente (Weber, 2007; Reppold, Pacheco, Bardagi, & Hutz, 2002). Assim, para se pensar em programas de intervenção que utilizem práticas educativas promotoras de um desenvolvimento infanto-juvenil saudável, é necessário conhecer os fatores que

influenciam seu desenvolvimento. A literatura evidencia que as características dos pais e das crianças são elementos que influenciam na escolha e no uso de determinada prática educativa.

Características dos pais

Alguns autores indicam que os comportamentos paternos não ocorrem ao acaso, mas são fundamentados em ideias e crenças ligadas à cultura e ao contexto de desenvolvimento no qual eles se inserem (Kobarg, Sachetti, & Vieira, 2006; Kobarg, & Vieira, 2008; Moreira & Biasoli-Alves, 2006). Essas ideias e crenças influenciam no modo como os genitores interpretam o comportamento infantil e, conseqüentemente, nas estratégias educativas que irão utilizar. Condições de vida (desemprego, pobreza, divórcio), variáveis familiares (número de irmãos, extensão da família, tipo de configuração), rede de apoio social, características de temperamento e personalidade, abuso de substâncias químicas, presença de doenças psiquiátricas e/ou físicas e a experiência com os próprios genitores paternos influenciam na maneira como os pais utilizam as estratégias educativas para orientar seus filhos (Kobarg & Vieira, 2008; Reppold et al. 2002; Pacheco & Hutz, 2009).

As crenças parentais são desenvolvidas por meio de vivências e experiências sociais e culturais ao longo da vida. Elas servem de referência para sustentar o comportamento paterno cotidiano ante a educação da prole. Assim, os progenitores possuem ideias a respeito de como devem tratar os filhos com base, tanto no que acreditam ser bom ou ruim para eles como no que valorizam ou desvalorizam (Kobarg et al., 2006; Kobarg & Vieira, 2008). Exemplo disso são os genitores que acreditam que as crianças não são completamente responsáveis ou competentes em seus comportamentos. Eles, geralmente, adotam técnicas indutivas de educação que visam promover seu desenvolvimento. Por outro lado, pais que acreditam que os filhos já possuem intencionalidade e as competências necessárias ao seu desenvolvimento podem supor que elas previram e causaram intencionalmente os efeitos negativos associados ao comportamento. Eles tendem a considerar os indivíduos como responsáveis por suas atitudes, utilizando mais técnicas coercitivas em sua educação, a exemplo da punição física (Reppold et al. 2002; Kobarg et al., 2006; Kobarg & Vieira, 2008).

Um dos fatores que influenciam essas crenças sobre cuidados parentais e desenvolvimento infantil é o nível de escolaridade parental (Kobarg & Vieira, 2008). De fato, verificou-se em um estudo que mães que moravam

na zona urbana, com escolaridade superior às mães das zonas rurais, valorizavam mais a estimulação da prole. Também se preocupavam mais com seus cuidados básicos do que as que viviam no contexto rural. Consideravam importante oferecer-lhes oportunidades de interação; assim, estimulavam-nos a explorar o ambiente e a brincar. Já mães da zona rural enfatizavam a disciplina, valorizando normas e regras. Esse estudo demonstrou que tanto a escolaridade quanto o contexto sociocultural influenciam nas crenças sobre desenvolvimento infantil e, consequentemente, sobre a educação dos filhos (Braz, Dessen, & Silva, 2005; Kobarg et al., 2006; Kobarg & Vieira, 2008).

Bem e Wagner (2006) indicaram que a realidade social, política, econômica e cultural também influencia na maneira como os pais hierarquizam os valores para educar a prole. Esses autores, assim como outros (Kobarg et al., 2006; Kobarg & Vieira, 2008; Montandon, 2005), sugeriram que existe uma relação entre os valores educativos e as variáveis classe social, tipo de apoio (emocional e instrumental), tipo de configuração familiar e história de vida dos cuidadores.

Quanto à configuração familiar, Ceconello et al. (2003) e Montandon (2005) sugeriram que as famílias monoparentais femininas possuem maiores dificuldades no cuidado e no provimento de sua prole. Na maioria das vezes, as mães, pelo acúmulo de tarefas, ficam impossibilitadas de atender aos filhos; comportando-se de forma mais indulgente, elas os supervisionam e monitoram menos. Além disso, a falta de apoio emocional e instrumental geralmente dificulta o desenvolvimento de práticas educativas positivas, uma vez que o cuidador enfrenta uma sobrecarga de atividades.

O nível socioeconômico é uma variável expressiva, já que condições de vida diferenciadas afetam a visão que a pessoa possui sobre sua realidade social. Estudos revelaram que progenitores com nível socioeconômico mais elevado e que apresentam escolaridade mais alta priorizam valores de autodireção nas crianças, tais como autocontrole, responsabilidade e curiosidade. Esses pais costumam fazer uso de estratégias indutivas (uso da explicação) (Bem & Wagner, 2006; Kobarg et al., 2006; Kobarg & Vieira, 2008; Montandon, 2005). Já famílias com nível socioeconômico inferior e escolaridade mais baixa tendem a preocupar-se mais com valores de conformidade, tais como limpeza, bons modos e obediência. Esses genitores acabam fazendo uso de estratégias coercitivas, que se baseiam na afirmação do poder (Bem & Wagner, 2006; Montandon, 2005). Cabe ressaltar que a pobreza não é a causa do processo de vitimização que ocorre

nas famílias, contudo, tem sido considerado um fator de risco que influencia significativamente na ocorrência de um funcionamento familiar inadequado (Kaloustian & Ferrari, 1994).

A forma como os cuidadores foram educados na infância também influencia as práticas educativas parentais. Estudos revelaram a existência de uma correlação positiva entre os valores experienciados pelos pais e aqueles que são repassados às futuras gerações. As pessoas internalizam modelos de relacionamentos a partir de suas experiências de vida, sendo resistentes às mudanças. Há evidências empíricas sobre a dinâmica de relacionamento vivenciada com os cuidadores em uma geração, e a recriação dessa dinâmica na geração seguinte. Assim, educam seus filhos usando as mesmas as estratégias educativas utilizadas por seus genitores, tendendo a repetir o modelo aprendido com eles (Weber, et al., 2006; Araújo, 2002; Caminha, 2000).

Por outro lado, Weber et al. (2006) sugeriram que nem sempre ocorre a repetição do modelo aprendido. Existem pessoas que conseguem quebrar esses padrões, especialmente quando utilizam uma conduta diferente. As mudanças de atitude em relação à educação podem ocorrer em função de alterações culturais. Os modelos tradicionais de educação (controlador, assimétrico e autoritário) podem ser substituídos por um modelo dito “moderno”, centrado na criança, valorizando a comunicação e a independência dos indivíduos. O apoio dos parceiros e a procura por conhecimentos científicos e orientações de profissionais também podem ser fatores que permitem o rompimento com padrões inadequados de educação aprendidos na família de origem (Bem & Wagner, 2006; Oliveira et al., 2002).

Além disso, a qualidade da relação do casal também parece exercer grande influência sobre as estratégias educativas empregadas pelos pais na educação dos filhos. Há indícios de que uma boa relação entre o casal está associada a uma maior sensibilidade dos progenitores e à competência da criança (Szelbrackowski & Dessen, 2007; Pacheco & Hutz, 2009). Dessa forma, a existência de afetividade, de um clima de bem-estar entre o casal e de suporte emocional oferecido pelo pai ajuda na adaptação materna à gravidez e no aumento de contato entre mãe e filho (Reppold et al. 2002; Oliveira et al. 2002).

Além disso, estudos têm sugerido que os pais devem possuir algumas habilidades sociais educativas importantes como, por exemplo, saber expressar sentimentos e opiniões, estabelecer limites e evitar coerção, a fim de promover o desenvolvimento de um repertório social

adequado em sua prole (Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Pinheiro, Haase, Del Prette, Amarante, & Del Prette, 2006). Estudos indicam que genitores que possuem um repertório de habilidades sociais pobre possuem filhos que apresentam habilidades sociais pobres e comportamentos desadaptativos (Pinheiro et al. 2006).

Até agora vimos estudos que demonstram a influência das características dos pais nas práticas educativas; contudo, outros estudos demonstram que as características das crianças também influenciam na adoção de determinadas práticas educativas. É o tema da próxima seção.

Características das crianças

A idade, a ordem do nascimento, o sexo, o temperamento e a empatia da criança são algumas das características mais citadas pela literatura como influentes na escolha das práticas educativas pelos progenitores (Bem & Wagner, 2006; Levandowski, Piccinini, & Lopes, 2008; Reppold et al., 2005; Sampaio, 2007). No que tange à idade, Reppold et al. (2002) afirmaram que as estratégias educativas tendem a se modificar à medida que o indivíduo vai se desenvolvendo. Por exemplo, conforme os filhos vão se desenvolvendo, os pais tendem a exercer menor controle e supervisão. Nesse processo, eles tendem a estimular a autonomia e a independência, além de utilizarem mais explicações verbais, restrição de privilégios e estratégias punitivas.

O sexo é outra variável de forte influência nas práticas parentais. Em uma pesquisa que avaliou a relação entre práticas educativas maternas e gênero dos filhos, verificou-se que as meninas avaliam os genitores com maior rigor do que os meninos (Gomide & Guimarães, não publicado). Por outro lado, em um estudo realizado por Weber, Prado, Viezzer e Brandenburg (2004) encontrou-se um maior rigor dos meninos na avaliação das práticas educativas utilizadas pelos pais. Essas diferenças podem ser explicadas em função de diversos fatores que competem na forma de educar a prole. Por exemplo, Weber et al. (2004) ainda esclareceram que, tanto mães quanto pais, parecem ser mais exigentes com as meninas do que com os meninos. Já em relação à distribuição de afeto, parecem ser igualmente responsivos a ambos os sexos. As diferenças encontradas na dimensão exigência podem ser explicadas por questões culturais de gênero, as quais veiculam uma representação das meninas como mais fracas e dependentes; nesse sentido, necessitariam de maior orientação. Já os meninos são percebidos como mais fortes e autônomos, sendo, por vezes, negligenciados pelos progenitores, uma vez que receberiam maior liberdade e incentivo à autonomia.

Sampaio (2007) constatou que há pontos em comum em várias pesquisas realizadas sobre a associação de práticas educativas e gênero dos filhos. De modo geral, parece haver diferenças no modo como os pais e mães relacionam-se com a prole. Meninos e meninas também apresentam formas diferentes de lidar com suas competências e dificuldades. Os meninos apresentam maiores problemas de externalização ao lidarem com fatores estressores se comparados às meninas. Por outro lado, as meninas parecem apresentar maiores índices de inibição e retraimento se comparadas aos meninos (Sampaio, 2007).

Os investimentos dos pais em relação aos filhos também podem depender de sua ordem de nascimento. Sampaio (2007) sugeriu que o primogênito, principalmente se menino, tende a receber maior investimento paterno. A ordem de nascimento encontra-se associada ao sentimento de autovalorização e à percepção de tratamento diferenciado dispensado pelos genitores. O autor descreve que os não primogênitos apresentam um menor nível de autovalorização e recebem menor atenção paterna quando comparados aos primogênitos. Além disso, primogênitos apresentam um menor número de transgressões quando comparados aos segundos filhos, e são mais supervisionados pelos pais que os demais irmãos.

Brody (2004) afirmou que os progenitores possuem certas expectativas em relação aos primogênitos que acabam influenciando nas expectativas e crenças relativas aos filhos subsequentes. Rosenberg e Hyde (1993), por sua vez, mencionaram que os filhos únicos, se comparados aos que possuem irmãos, apresentam algumas características diferenciadas. Em geral eles são alvo de um superinvestimento parental e são menos encorajados a ter comportamentos independentes se comparados a indivíduos que possuem irmãos.

Além da ordem do nascimento e do número de filhos, o temperamento também é um fator que interfere nas práticas educativas parentais. Bee (1997) observa que o temperamento refere-se aos padrões inatos de resposta e de interação. Dessa forma, os bebês reagem de maneira diferente ao ambiente e desencadeiam diferentes reações de seus cuidadores. Assim, há uma tendência dos pais a responderem de maneira diferente às crianças com temperamentos diferentes (Alvarenga & Piccinini, 2007; Bee, 1996, 1997). Por exemplo, mães que identificam um temperamento difícil em seus filhos (reações negativas ao novo, irritabilidade) interagem menos e são menos responsivas a eles. Essas mães relatam ter menos controle sobre a prole, sendo mais permissivas com seu comportamento agressivo. Já a criança com temperamento fácil

(mais sociável, sorridente) tende a ter interações mais positivas com seus genitores, pois reforça o comportamento deles com seu temperamento positivo (Bee, 1996). Parece, então, haver uma relação entre o temperamento difícil e as dificuldades no controle do comportamento do filho (Alvarenga & Piccinini, 2007; Bem & Wagner, 2006; Reppold et al. 2002). Do mesmo modo, o temperamento parece afetar a maneira pela qual o indivíduo interpreta determinada experiência, percebendo e vivenciando de maneira diferente as interações familiares (Bee, 1996).

Todos estes fatores (características dos pais e dos filhos) podem se constituir em risco ou proteção ao desenvolvimento, dependendo da relação com outros fatores. Assim, é importante aprofundar o entendimento dos processos de risco e de proteção nas práticas educativas parentais.

Práticas educativas como fator de risco para o desenvolvimento

Algumas práticas educativas podem funcionar como fatores de risco. Consideram-se fatores de risco as condições ou variáveis associadas a uma alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis no desenvolvimento da criança e do adolescente. Essas condições ou variáveis podem comprometer a saúde, o bem-estar ou a *performance* social do indivíduo (Morais, 2009; Rutter, 1985, 1987, 1996). Ceconello et al. (2003) afirmaram que os fatores de risco podem estar presentes em características individuais (sexo, fatores genéticos, habilidades sociais, intelectuais e características psicológicas) e também ambientais (baixo nível socioeconômico, eventos de vida estressantes, características familiares e ausência de apoio social). Consequentemente, a literatura tem apontado as práticas educativas parentais severas (ou negativas) – como a punição física – como um dos fatores de risco para o desenvolvimento adaptativo de crianças e adolescentes (Gomide, 2006; Hutz, 2005; Reppold et al 2002).

Para compreender os riscos envolvidos nas práticas educativas parentais, deve-se levar em consideração que os comportamentos aprendidos na primeira infância nas interações com os adultos geralmente serão utilizados em novas situações (Maldonado & Williams, 2005). Muitos são os autores que se preocuparam em investigar a relação entre as práticas educativas na etiologia do comportamento de risco exteriorizado (agressão verbal ou física, destruição de objetos, mentira, roubo, habilidades sociais inadequadas) (Alvarenga & Piccinini, 2007; Bolsoni-Silva & Marturano, 2007; Ceconello et al., 2003; Reppold et al.

2002; Reppold et al., 2005; Szelbrackowski & Dessen, 2007; Salvo, Silveira, & Toni, 2005; Pacheco & Hutz, 2009; Vilhena, Zamora, Novaes, & Moreira, 2009; Weber et al. 2004; Williams, 2003). Do mesmo modo, alguns autores destacaram a associação entre certas práticas educativas e a presença de comportamentos de risco internalizados (retração social, ansiedade, depressão, baixa autoestima) (Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Gomide, Salvo, Pinheiro, & Sabbag, 2005; Ceconello, De Antoni, & Koller, 2003; Oliveira et al. 2002; Pinheiro et al. 2006; Weber, Viezzer, & Brandenburg, 2003; Weber, 2007).

Estudos apontam a violência doméstica, a pouca interação familiar e a negligência, como fatores que podem gerar a manifestação de problemas de comportamento infante-juvenis (Gomide, 2006; Reppold et al., 2005). Gomide et al. (2005) descreveram que certas famílias são consideradas de risco por vulnerabilizarem o desenvolvimento de sua prole. Essas famílias adotam práticas parentais consideradas negativas (monitoria negativa, negligência, punição inconsistente, disciplina relaxada e abuso físico), apresentam níveis de estresse e depressão elevados e poucas habilidades sociais. Esses fatores, em conjunto, também aumentam o risco de desenvolvimento de comportamentos antissociais, de depressão e baixa autoestima em crianças e adolescentes (Hoffman, 1975a, 1975b; Weber et al. 2004). Essas famílias de risco podem também apresentar altos níveis de exigência e controle (sem afeto), fazendo com que os descendentes sejam indivíduos inseguros, preocupados com o próprio desempenho, com menores índices de autoestima e com maior presença de sintomas psiquiátricos (Teixeira et al., 2004).

Cabe lembrar que, ao se utilizar de práticas educativas baseadas na punição, os pais estão ensinando a seus filhos modelos cognitivos e comportamentais de violência. Esses modelos passam a ser percebidos como uma forma apropriada de resolução de conflitos e de relacionamento entre homens e mulheres, adultos e crianças/adolescentes (Maldonado & Williams, 2005). Nesse sentido, genitores que utilizam estratégias educativas coercitivas como o principal modo de controle do comportamento estão ensinando a eles padrões de interação mais violentos (Weber, 2007).

Esses padrões de comportamento parental (punição física, negligência, abuso físico, emocional ou sexual) são considerados formas de maus-tratos (Miller, 2008). Por exemplo, o abuso físico ocorre quando o indivíduo é vítima de algum dano, ou corre o risco de sofrê-lo, como resultado de ser agredida, chutada, queimada ou golpeada pelos responsáveis (Gomide, 2006, 2008). Esse tipo de

abuso pode causar apatia, medo, desinteresse, depressão, além de condutas antissociais (Gomide, et al. 2005).

Alguns autores (Gomide, 2006, 2008; Reppold et al., 2005; Salvo, Silveiras, & Toni, 2005) encontraram associações entre condutas antissociais e práticas disciplinares coercitivas. Isto é, adolescentes com esse tipo de conduta, quando interrogados sobre a forma de educação e relacionamento com os pais, de forma retrospectiva e atual, indicaram terem sido vítimas de punição física e autoritarismo nas interações com eles. Além disso, encontrou-se uma associação entre a falta, ou pouca, monitoria dos genitores e a presença de problemas de comportamento em adolescentes. Assim, pais que não sabem com quem seus filhos andam e onde estão acabam tendo filhos que não possuem limites (Gomide, 2006, 2008; Salvo et al., 2005).

Pinheiro et al. (2006), por sua vez, lembraram que as práticas educativas parentais são também cruciais para o desenvolvimento de comportamentos socialmente adequados. Para os autores, o termo *habilidades sociais* remete à existência de diferentes classes de comportamentos sociais aprendidos. Alguns desses comportamentos são: a assertividade (expressão apropriada de sentimentos negativos e defesa dos próprios direitos), a habilidade de comunicação, a habilidade de resolução de problemas interpessoais, a cooperação e a habilidade de desempenho interpessoal nas atividades profissionais. O indivíduo deve possuí-los em seu repertório comportamental a fim de lidar de maneira adequada com as demandas presentes em situações interpessoais (Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Pinheiro et al. 2006).

Quando os pais possuem um repertório de habilidades sociais pobre, sua prole também tende a apresentar habilidades sociais pobres e, conseqüentemente, enfrentar dificuldades interpessoais e emitir comportamentos desadaptativos. Progenitores que educam seus filhos agindo de forma agressiva, negligente ou apresentando modelos inapropriados e impróprios dificultam a aprendizagem de comportamentos sociais adequados (Gomide et al. 2005). Igualmente, crianças que são agressivas e opostas podem desenvolver comportamentos delinquentes na adolescência, pois são educadas, na maioria das vezes, por genitores que se utilizam de práticas educativas inadequadas (Pinheiro et al. 2006).

Portanto, práticas educativas coercitivas podem acarretar prejuízos ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Na maioria das vezes, elas produzem sentimentos intensos de medo, ansiedade, depressão, hostilidade, baixa autoestima, entre outros sentimentos negativos.

De modo geral, são práticas aversivas, que predis põem o indivíduo a fugir, retrucar e/ou agredir seu punidor, tornando-o, muitas vezes, um agressor (Cecconello et al., 2003; Weber et al. 2004).

Práticas educativas parentais que auxiliam no desenvolvimento saudável dos filhos

Algumas práticas educativas podem operar como fator de proteção ao desenvolvimento. Fatores protetivos são compreendidos como condições ou variáveis que diminuem os fatores de risco. Isto é, eles modificam, melhoram ou alteram a resposta do indivíduo a ambientes hostis que predis põem o indivíduo a conseqüências mal-adaptativas (Morais, 2009; Rutter, 1985, 1987, 1996).

Segundo Moraes (2009), os fatores de proteção destacaram como diferentes indivíduos, submetidos às mesmas condições adversas, alcançam resultados desenvolvimentais diferentes. Como exemplo desses fatores protetivos, Reppold et al. (2002) destacam as características individuais da criança (autoestima, autonomia), as características familiares (afetividade, ausência de negligência) e as características do contexto (apoio da escola, por exemplo). Entre as características familiares, algumas práticas educativas parentais podem ser consideradas fatores de proteção para o desenvolvimento humano. Por exemplo, práticas que envolvem maiores índices de monitoria, vínculo afetivo e limites são consideradas fatores que protegem o indivíduo do desenvolvimento de depressão, baixa autoestima e problemas de comportamento (Baumrind, 1997; Cecconello et al., 2003; Reppold et al. 2002; Weber, 2007).

De acordo com Hoffman (1975a), a disciplina indutiva é uma prática educativa considerada protetiva para o desenvolvimento dos indivíduos. Esta prática envolve a explicação objetiva e a modificação voluntária do comportamento da criança e do adolescente, comunicando a eles o desejo dos pais de que modifiquem o seu comportamento. Esse tipo de prática facilita o desenvolvimento moral (desenvolvimento de regras e da obediência, por exemplo), além de favorecer o desenvolvimento da autonomia na pessoa e a capacidade de regular seu próprio comportamento. Os filhos que são criados a partir dessa prática podem desenvolver a percepção de que estão sendo cuidados. Esta percepção faz com que sejam minimizados possíveis sentimentos negativos, associando-se a menor probabilidade de resultados indesejáveis no desenvolvimento do indivíduo (Cecconello et al., 2003; Reppold et al., 2005; Weber et al. 2004).

Baumrind (1997), por sua vez, aponta que a respon-

sividade é uma dimensão positiva em termos de relacionamento entre pais e filhos. Essa dimensão inclui atenção, comunicação, carinho e afeto, estando relacionada a melhores índices de bem-estar psicológico, autoestima e autoconfiança. Além disso, a afetividade nessa relação facilita a educação, já que os indivíduos tornam-se mais receptivos às técnicas disciplinares. Assim, a afetividade tende a tornar os filhos emocionalmente seguros; esses tendem a seguir o exemplo dos progenitores, sendo empáticos com outras pessoas (Motta, Falcone, Clark, & Manhães, 2006; Reppold et al. 2002; Reppold et al., 2005; Weber et al. 2004).

Outra dimensão, também importante para o desenvolvimento dos filhos, refere-se à exigência. Essa dimensão encontra-se associada ao desenvolvimento de indivíduos competentes, com altos escores em medidas de desempenho e obediência e baixos escores em problemas de comportamento (Baumrind, 1997). Ela inclui monitoria, supervisão e controle (Maccoby & Martin, 1983; Teixeira et al., 2004). Neste sentido, o uso da explicação, associado a um firme controle que direciona a atenção da criança para as consequências de seus atos, instrumentaliza-a para o desenvolvimento de comportamentos desejáveis, tornando-a mais autônoma. Essas práticas capacitam o indivíduo a regular seu próprio comportamento em situações futuras, sem necessidade de controle externo, possibilitando a internalização de normas sociais, essenciais ao convívio em sociedade. Esse tipo de prática educativa, além de incentivar a autonomia, desenvolve um senso de autoeficácia no indivíduo (Ceconello et al., 2003; Reppold et al. 2002; Reppold et al., 2005).

Vale destacar que práticas educativas positivas, como carinho, amor e atenção, não significam a “predominância da ideologia do amor”, na qual os pais não cobram e não frustram seus filhos. Práticas educativas positivas são aquelas que também se utilizam das regras, do controle e da monitoria, ou seja, do estabelecimento de limites, que são de extrema importância para o desenvolvimento humano (Vilhena et al., 2009).

Mas, por que alguns progenitores conseguem utilizar práticas educativas positivas e outros, não? Como já mencionado, aspectos relativos às crianças e aos próprios pais, além do contexto de desenvolvimento, atuam conjuntamente na escolha (ainda que não consciente) da forma de educar os filhos. Um aspecto importante, que diz respeito a influências de aspectos individuais dos genitores na escolha da estratégia educativa, refere-se às habilidades sociais. Pais com habilidades sociais bem de-

envolvidas tendem a utilizar práticas educativas positivas, como a monitoria positiva e o comportamento moral, que são essenciais para o desenvolvimento da empatia (Hoffman, 1975a; Weber et al. 2004). Além disso, o uso do reforço positivo, o ensino da resolução de problemas, a supervisão, a monitoria positiva dos filhos, o incentivo à aquisição de hábitos de estudar para melhorar o desempenho escolar são habilidades parentais fundamentais para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais nos indivíduos. Esses comportamentos tendem a aumentar a autoestima e diminuem a possibilidade do aparecimento de comportamentos antissociais (Ceconello et al., 2003; Gomide et al. 2005).

Gomide (2006) afirma também que o comportamento moral dos genitores transmite valores e virtudes que inibem o comportamento antissocial. Dessa forma, se predominarem entre pais e filhos relações de cooperação e práticas voltadas ao desenvolvimento da empatia, haverá uma menor vulnerabilidade de as crianças e adolescentes desenvolverem comportamentos considerados de risco, como o uso de drogas. Além disso, Gomide (2006) também descreve em seu estudo a presença de menor vulnerabilidade quando os adolescentes vivem em famílias que possuem forte apego entre os membros. Os comportamentos paternos nessas famílias geram a vivência precoce de sentimentos de culpa após a realização de alguma transgressão, o que favorece o desenvolvimento de comportamentos morais na prole (Gomide, 2006).

No geral, percebe-se que o clima afetivo permite o estabelecimento de uma relação agradável entre os membros da família, que facilita a superação de divergências. Desta forma, os contatos de pele, o abraço, o carinho, beijos, entre outras manifestações de afeto, são fortes inibidores do desenvolvimento de comportamentos agressivos. Nesse sentido, demonstrar aos filhos que eles são importantes, amados e capazes faz parte das obrigações dos pais, pois propicia que eles cresçam felizes e bem adaptados à convivência social (Gomide, 2006, 2008; Weber, 2007).

Ademais, é fundamental revelar interesse pelo filho, estar disponível para ouvi-lo, vibrar com suas conquistas e colocar-se à disposição para resolver os problemas quando estes surgem. Famílias que acompanham de forma positiva as atividades das crianças e dos adolescentes estão menos propensas a ter indivíduos com comportamentos antissociais em seu núcleo. Monitorar positivamente significa acompanhar e demonstrar interesse, fazendo que o filho sinta-se amado. Além disso, as crianças que sabem o que fazer para atender às expectativas dos pais

não precisam agir de forma “errada” para receber atenção suficiente deles (Gomide, 2006, 2008).

A relação que deve ser estabelecida é de confiança entre pais e filhos, sendo que estes sabem que podem errar e terão oportunidade para refletir sem que isso represente um fracasso. Quando os indivíduos acertam e são elogiados, aprendem a elogiar e reconhecer os esforços dos outros, pois seus esforços foram reconhecidos. Para Gomide (2008), acompanhar de forma positiva o crescimento e o desenvolvimento da pessoa é mostrar interesse por suas atividades e sentimentos com elogios e atitudes atentas, fazendo com que ela sinta-se amada e importante.

Vários estudos (Gomide, 2006, 2008; Motta et al. 2006; Weber et al., 2004; Weber, 2007) confirmam a influência positiva de práticas educativas que consideram o afeto e as regras na orientação de comportamentos dos filhos. Progenitores que monitoram a conduta das crianças e adolescentes, corrigindo as atitudes negativas, gratificando as positivas, realizando uma comunicação clara e aberta baseada no respeito mútuo educam de forma protetiva. Pais afetuosos, que respondem às necessidades das crianças, encorajando-as a tomarem decisões, exercem influência positiva em seu comportamento, ao mesmo tempo em que os protegem do desenvolvimento de psicopatologias.

As práticas educativas que combinam afeto e limites propiciam competência social, assertividade e comportamento independente. De fato, filhos de genitores que estabelecem essas duas estratégias na educação possuem melhores níveis de adaptação psicológica, competência social, autoestima, desempenho acadêmico, autoconfiança e menores níveis de problemas de comportamento, ansiedade e depressão (Baumrind, 1997; Cecconello et al., 2003; Gomide, 2006, 2008; Teixeira et al., 2004; Weber, 2007). Práticas educativas parentais positivas são aquelas que combinam amor e limites necessários ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Nesse sentido, é importante instrumentalizar os pais para o uso dessas práticas, demonstrando seus benefícios para o desenvolvimento integral dos indivíduos.

Proposta de intervenção com pais: prevenção da educação à base da punição corporal

Até aqui foram revisados estudos que demonstraram que a forma como os progenitores educam a prole pode se constituir tanto em um fator de proteção como em um fator de risco para o desenvolvimento de crianças e

adolescentes. Sendo assim, torna-se relevante a realização de programas de intervenção junto aos genitores para orientá-los sobre as consequências de tais práticas e de formas mais positivas de educar os filhos, visto que muitos deles possuem dificuldades, seja por desconhecimento das consequências de práticas punitivas, ou desconhecimento de outras formas de educar. Propõe-se a realização de um grupo de pais semanal, com duração de aproximadamente uma hora e trinta minutos, ofertado para, no máximo, 20 participantes. O grupo proposto seria realizado por uma equipe multiprofissional composta por psicólogo, enfermeiro, assistente social e educadores. Os encontros poderiam ocorrer em escolas, centros comunitários, ou mesmo, em Unidades Básicas de Saúde e em Estratégias de Saúde da Família. Os pais poderiam ser convidados a participar por estas instituições citadas, ou qualquer outro centro de referência significativo na comunidade.

Nesses encontros, palestras e técnicas de dinâmica de grupo seriam utilizadas para que o tema fosse debatido de forma livre. Sabe-se que a escolha das estratégias educativas vai depender de vários aspectos, como as características dos progenitores e dos filhos. Algumas características, como personalidade, não podem ser modificadas por intervenções, mas outras, como as crenças dos pais a respeito do desenvolvimento dos filhos, ou aspectos sociais, históricos e culturais sobre o “bater”, por exemplo, podem ser discutidas e modificadas por meio de intervenções, e seriam alvo dessa proposta. Quanto às características das crianças, é extremamente importante que os pais saibam que existem características de personalidade e de temperamento que não podem ser mudadas, mas que podem ser mais bem manejadas. Algumas estratégias podem tornar menos estressante e mais fácil o manejo, por exemplo, do temperamento difícil de certas crianças. Além disso, ao saber que sua própria personalidade exerce influência no comportamento do filho, o pai poderá realizar uma autorregulação de seus próprios comportamentos inadequados. Assim, poderá evitar que o indivíduo reproduza tais comportamentos e seja punido por isso. Por exemplo, se um pai se aborrece no trabalho e age de forma agressiva com a esposa e seus descendentes, estes podem reproduzir os comportamentos agressivos do pai em suas relações. Abordando tais aspectos, os participantes do grupo compreenderão a necessidade de estar atentos às influências das características das crianças, e de suas próprias, no desenvolvimento de comportamentos dos filhos. Nesse sentido, os progenitores poderão estar mais atentos aos exemplos fornecidos em casa e às práticas educativas por

eles adotadas na orientação de sua prole.

Outras pautas a serem discutidas poderiam ser o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a Doutrina da Proteção Integral e a chamada Lei da “palmada”. A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz a prerrogativa do direito à proteção integral de toda criança e adolescente. A partir da doutrina da proteção integral, pode-se pensar no direito à educação, tanto a formal (escola) quanto a informal (pais ou outros adultos). É importante debater o ECA, pois ele é percebido pelo senso comum como apenas um protetor do direito das crianças contra os progenitores. Sua discussão com os pais pode fazer com que estes compreendam que crianças e adolescentes encontram-se em uma fase peculiar do desenvolvimento e, portanto, necessitam de proteção. Para além de discussões a respeito da educação punitiva, também pode ser discutido o fato que tem repercutido na mídia a respeito da diminuição da maioria penal. Pode-se debater o porquê de o adolescente não dever ser responsabilizado por seus atos da mesma maneira que os adultos, e o papel destes no comportamento agressivo de adolescentes por meio das práticas punitivas, já que estudos revelaram o risco desse tipo de estratégia para desenvolvimento do comportamento antissocial.

Além disso, torna-se importante discutir formas culturais e socialmente estabelecidas e naturalizadas na maneira de educar que se constituem em práticas de risco para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Por exemplo, o projeto de lei 7.676/2010, mais conhecido como a Lei da “palmada”, trouxe à tona a discussão sobre a educação baseada na punição corporal. Percebe-se que muitos pais acreditam que essa seja a melhor forma de educar, pois desconhecem outras formas ou porque foram educados dessa maneira. Desse modo, uma das primeiras formas de intervenção com os genitores seria debater o desenvolvimento infantil, identificando quais habilidades as crianças podem desenvolver a cada idade. Assim, os pais entenderiam por que as crianças são desajeitadas, por exemplo, não tendo motivos para “bater”.

Além do conhecimento a respeito do desenvolvimento infantil, é importante que os progenitores compreendam por que não se deve utilizar a punição física como forma de educar, trazendo resultados de pesquisas sobre as consequências de tais atos. Para tanto, não basta explicar o porquê de não bater nos filhos; é importante que os pais discutam entre si situações hipotéticas de conflitos entre os filhos, ou entre pais e filhos, refletindo sobre

estratégias de resolução mais positivas que não sejam à base da punição física. Conversar com outros genitores pode ajudar na resolução de problemas e na reflexão sobre outras estratégias úteis para educar seus descendentes. Nesse sentido, profissionais como psicólogos, enfermeiros, pedagogos e assistentes sociais poderiam intervir ajudando pais a pensar de forma mais positiva a educação, demonstrando exemplos práticos da própria atuação com situações de violência e disciplina positiva, bem como de estudos a respeito dos temas.

Sabe-se que propor um programa de intervenção aos progenitores, que muitas vezes foram criados à base da punição física e desconhecem outras formas de educar, é muito desafiador. No entanto, abrir espaço de diálogo entre esses e os profissionais da área pode ajudá-los a refletir sobre as consequências da punição física, como também pode colaborar na construção de estratégias mais eficazes na educação dos filhos. Quanto mais cedo os pais puderem compreender a importância do “não bater” e, desde o início da vida da criança, utilizar estratégias positivas, melhor para o desenvolvimento delas e para o relacionamento das mesmas com seus pais.

Considerações finais

Este artigo objetivou aprofundar o conhecimento sobre as práticas educativas parentais como risco e proteção ao desenvolvimento dos indivíduos. Além disso, propôs-se pensar em um possível programa de intervenção com pais a fim de prevenir a violência educativa e pensar estratégias positivas de educação. Cabe ressaltar que, apesar das práticas educativas parentais serem de extrema relevância para o desenvolvimento de comportamentos adaptativos e não adaptativos de crianças e adolescentes, elas não são os únicos fatores que influenciam em seu desenvolvimento. Outros fatores devem ser considerados, tais como: rede de apoio social (interação com pares e/ou outros familiares), características individuais, capacidades individuais e familiares de enfrentamento das adversidades (resiliência).

No entanto, percebe-se que muitos são os estudos que revelam a importância da família, percebendo-a tanto como fator de risco como de proteção para o desenvolvimento dos filhos. De fato, a família é o primeiro e mais importante ambiente de socialização. Nela, a criança aprenderá a interagir com as outras pessoas e a desenvolver aspectos importantes de sua personalidade. Portanto, é de extrema relevância que se possa pensar em como a família contribui, tanto para o desenvolvimento saudável quanto patológico de sua prole.

Este estudo vai de encontro à ideologia predominante nos discursos sociais, que comumente afirmam que “bater é educar”. A partir da análise dos trabalhos científicos apresentados, pode-se inferir que bater não significa educar, pelo contrário, a punição física é uma prática educativa de risco para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Da mesma forma, bater não é uma estratégia eficaz de socialização, pois não facilita a internalização de normas sociais (Patias, Siqueira, & Dias, 2012). Ainda, punições severas são passíveis de responsabilização judicial, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Por outro lado, carinho, amor e limites promovem a socialização de forma adequada.

Ainda é importante mencionar que nem todos os progenitores possuem habilidades sociais necessárias e adequadas para educar seus descendentes. Além disso, muitos possuem concepções tradicionais de educação (bater = educar) que dificultam a utilização de práticas educativas adequadas. Outros desconhecem aspectos do desenvolvimento infantil e como educar de maneira adequada. Assim, é importante que eles aprendam formas eficazes de educar para o desenvolvimento de comportamentos adequados ao convívio social e para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Diante desses fatos, psicólogos podem e devem propor programas de apoio aos pais para que estes possam aprender maneiras adequadas de educar seus filhos, principalmente em famílias em situação de maior vulnerabilidade social (em situação de pobreza, alcoolismo e/ou doença mental dos genitores, ou para aqueles que foram educados a partir de práticas educativas coercitivas e negativas na infância e adolescência etc.).

Dessa forma, propôs-se um programa de intervenção com pais a fim de facilitar e possibilitar que eles reflitam acerca das formas de educar e possam lançar mão de estratégias educativas que favoreçam o desenvolvimento de seus filhos. Assim, compreende-se que práticas educativas parentais positivas, como a comunicação, o afeto e limites são extremamente importantes para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais em crianças e adolescentes. Além disso, essas práticas positivas servem de proteção contra o desenvolvimento de psicopatologias.

Apenas com a conscientização social sobre a condição peculiar de desenvolvimento em que a criança e o adolescente se encontram, sobre os prejuízos, no curto, médio e longo prazos, de práticas educativas negativas e coercitivas e sobre a disponibilidade de aprender uma

forma mais saudável de educar, será possível formar cidadãos e futuros pais mais responsivos. De fato, pais, cuidadores e toda a comunidade têm o dever de proteger as crianças e adolescentes. É tarefa de toda a sociedade fomentar esta conscientização, e a psicologia deve assumir seu papel nesse processo.

Referências bibliográficas

- Alvarenga, P., & Piccinini, C. (2007). O impacto do temperamento infantil, da responsividade e das práticas educativas maternas nos problemas de externalização e na competência social da criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 314-23.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11.
- Baumrind, D. (1997). The discipline encounter: contemporary issues. *Aggression and Violent Behavior*, 2(4), 321-35.
- Bee, H. (1996). Desenvolvimento da personalidade: visões alternativas. In H. Bee. *A criança em desenvolvimento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bee, H. (1997). Desenvolvimento social e da personalidade na infância. In H. Bee. *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bem, L., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 63-71.
- Bolsoni-Silva, A., & Marturano, E. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 227-35.
- Bolsoni-Silva, A., & Marturano, E. (2007). A qualidade da interação positiva e da consistência parental na sua relação com problemas de comportamentos de pré-escolares. *Revista Interamericana de Psicologia/Journal of Psychology*, 41(3), 349-58.
- Braz, M. P., Dessen, M. A., & Silva, N. L. P. (2005). Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 18(2), 151-61.
- Brody, G. (2004). Sibling's direct and indirect contributions to child development current direction. *Psychological Sciences*, 13(3), 124-26.
- Caminha, R. (2000). A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In Amencar, *Violência doméstica* (pp. 43-60). Brasília: UNICEF.
- Cecconello, A., De Antoni, C., & Koller, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8(Esp), 45-54.
- Costa, A. E. (2008). Modelação. In A. Bandura, R. Azzi, & S. Polydoto. *Teoria social cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Artmed.
- Gomide, P. (2006). *Inventário de estilos parentais – IEP: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gomide, P. (2008). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gomide, P., & Guimarães, A. (não publicado). Efeitos das práticas educativas sobre o comportamento anti-social em crianças e adolescentes. *Relatório de pesquisa PIBIC/CNPq Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, Paraná, Brasil.
- Gomide, P., Salvo, C.; Pinheiro, D., & Sabbag, G. (2005). Correlação entre práticas educativas, depressão, estresse e habilidades sociais. *Psico-USF*, 10(2), 169-78.
- Hoffman, M. (1960). Power assertion by the parent and its impact on the child. *Child Development*, 31, 129-43.
- Hoffman, M. (1975a). Moral, internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11(2), 228-39.
- Hoffman, M. (1975b). Discipline and internalization. *Developmental Psychology*, 30(1), 26-8.
- Hutz, C. (2005). *Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaloustian S.M., & Ferrari, M. (1994). Introdução. In S.M. Kaloustian (org.). *Família brasileira, a base de tudo*. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília. (pp. 11-15).
- Kobarg, A. P., Sachetti, V., & Vieira, M. (2006). Valores e crenças parentais: reflexões teóricas. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 16(2), 96-102.

- Kobarg, A. P., & Vieira, M. (2008). Crenças e práticas de mães sobre o desenvolvimento infantil nos contextos rural e urbano. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 21(3), 401-08.
- Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Retirado de http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/785/estatuto_crianca_adolescente_7ed.pdf, em 11 de março de 2013.
- Levandowski, D. C., Piccinini, C. A., & Lopes, R. C. S. (2008). Maternidade adolescente. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25, 251-263.
- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. Em E. M. Hetherington (Org.), P. H. Mussen (Org. Série), *Handbook of child psychology: Vol. 4. Socialization, personality, and social development* (4a ed., pp. 1-101). New York: Wiley.
- Maldonado, D., & Williams, L. (2005). O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 353-62.
- Martins, G. (2009). *Influência do apoio social sobre crenças e práticas maternas em capitais e pequenas cidades brasileiras*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Miller, K. (2008). *Educação infantil: como lidar com situações difíceis*. Porto Alegre: ArtMed.
- Montandon, C. (2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educação & Sociedade*, 26(91), 485-507.
- Morais, N. A. (2009). *Trajetórias de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: entre o risco e a proteção*. Porto Alegre - RS. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (p. 241).
- Moreira, L., Biasoli-Alves, Z. (2006). A avaliação de mães sobre suas práticas de educação de filhos em dois contextos brasileiros. *Ciência, cuidado e saúde*, 5(2), 175-183.
- Motta, D., Falcone, E., Clark, C., & Manhães, A. (2006). Práticas educativas positivas favorecem o desenvolvimento da empatia em crianças. *Psicologia em estudo*, 11(3), 523-532.
- Oliveira, E., Marin, A., Pires, F., Frizzo, G., Ravello, T., & Rossato, C. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia: reflexão e crítica*, 15(1), 1-11.
- Pacheco, J., & Hutz, C. (2009). Variáveis familiares predictoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 213-219.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dias, A. C. G. (2012). Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar. *Educação e Pesquisa*, 38(4).
- Pinheiro, M., Haase, V., Del Prette, A., Amarante, C., & Del Prette, Z. (2006). Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. *Psicologia: reflexão e crítica*, 19(3), 407-414.
- Projeto de lei da palmada. Lei nº 7676/2010. (2010). Retirado de <http://www.fia.rj.gov.br/legislacao/leidapalmada.pdf>, acesso em 11 de março de 2013.
- Reppold, C., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e o desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In C. Hutz (Org.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Reppold, C., Pacheco, J. & Hutz, C. (2005). Comportamento agressivo e práticas disciplinares parentais. In C. Hutz. *Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Rosenberg, B., & Hyde, J. (1993). Differential socialization of only and first-children. Paper presented at Society for research in *Child Development meeting*, New Orleans, Louisiana, March.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal Orthopsychiatry*, 57, 316-331.
- Rutter, M. (1996). Psychosocial resilience and protective mechanisms. In J. Rolf et al. (Eds.). *Risk and protective factors in the development of psychopathology*. New York: Cambridge University Press, (p. 181-214).
- Salvo, C., Silveira, E., & Toni, P. (2005). Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia*, 22(2), 187-195.
- Sampaio, I. (2007). Práticas educativas parentais, gênero e ordem de nascimento dos filhos: atualização. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(2), 44-152.
- Shaffer, D. R. (2005). *Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência*. Tradução da 6ª edição norte-americana Cíntia Regina Pemberton Cancissu. São Paulo: Pioneira.
- Szelbrackowski, A., & Dessen, M. (2007). Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: revisão de literatura. *Psicologia em estudo*, 12(1), 33-40.
- Taquette, Sr. R., & Vilhena, M. M. de (2008). Uma contribuição ao entendimento da iniciação sexual feminina na adolescência. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 13(1), 105-114.
- Teixeira, M., Bardagi, M., & Gomes, W. (2004). Refinamento de um instrumento para avaliar responsividade e exigência parental percebidas na adolescência. *Avaliação Psicológica* 3(1), 1-12.
- Vilhena, J., Zamora, M., Novaes, J., & Moreira, A. (2009). O sentido dos atos destrutivos dos adolescentes: entendendo os jovens em conflito com a lei. In S. Souza, I., Rizzini, & M. Neumann (Orgs.). *O social em questão*, Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Weber, L., Viezzer, A., Brandenburg, O. & Zocche, C. (2002). Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. *Psico-USP*, 7(2), 163-173.
- Weber, L. (2007). *Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites*. 2ª ed. Revista e atualizada. Curitiba: Juruá.
- Weber, L., Prado, P., Viezzer, A., & Brandenburg, O. (2004) Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 323-331.
- Weber, L., Selig, G., Bernardi, M., Salvador, A. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações – transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35), 407-414.
- Weber, L., Viezzer, A., & Brandenburg, O. (2003). A relação entre o estilo parental e o otimismo da criança. *Psico-USP*, 8(1), 71-79.
- Weber, L., Viezzer, A., Brandenburg, O. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 227-237.
- Williams, L. (2003). Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 9(2), 141-154.

Submetido em: 5-2-2013

Aceito em: 24-5-2013